

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.484 - PR (2020/0015382-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CARLOS SANPEDRO
AGRAVANTE : ANA BERNAQUI
ADVOGADO : NILSON GONÇALVES COSTA - PR012340
AGRAVADO : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E
INVESTIMENTO UNIAO PARANA/SAO PAULO - SICREDI
UNIAO PR/SP
ADVOGADO : RICARDO RIBEIRO - PR042550

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CARLOS SANPEDRO e OUTRO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA. (1) CERCEAMENTO DE DEFESA PELA FALTA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. (2) VALIDADE DE AVAL PRESTADO POR PESSOA FÍSICA EM CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. (3) SEGURO PROAGRO. CONTRATAÇÃO FACULTATIVA E NÃO DEMONSTRADA. (4) INEXISTÊNCIA DE COBRANÇA ABUSIVA DE ENCARGOS MORATÓRIOS. (5) SUCUMBÊNCIA MANTIDA. (6) RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, COM MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS, NA FORMA DO ARTIGO 85, §11, DO CPC. (fl. 293).

O recorrente, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 489, § 1º, IV, do CPC, no que concerne à ausência de fundamentação no aresto de origem pela omissão em relação ao princípio da probidade e da boa-fé contratual (art. 422 do CC) e à renúncia do credor ao seu direito de execução diante do recebimento posterior da prestação (art. 1.425, III, do CC), trazendo os seguintes argumentos:

Para tanto é preciso analisar se o comportamento da parte foi pautado em questões éticas, leais ou amparada pelo ordenamento jurídico, o que não foi observado pela Embargada ao não realizar o SEGURO PROAGRO MAIS, este OBRIGATÓRIO em referido contrato por se tratar de AGRICULTURA FAMILIAR.

O v. Acórdão entende que inexistente a obrigatoriedade na contratação do seguro PROAGRO MAIS, afirmando ser livre a escolha da garantia

entre o financiado e o financiador.

Equivoca-se. O SEGURO PROAGRO MAIS É OBRIGATÓRIO SIM, pois visa exatamente assegurar a agricultura familiar em uma eventual perda de safra a garantia de que não terá o prejuízo total.

[...]

Interessante salientar que em vez do Apelado cumprir o que determina a legislação, ou seja, fazer o seguro PROAGRO MAIS, optou por fazer seguro PRESTAMISTA, conforme fartamente demonstrado pelos extratos anexados.

Pelo fato de não observar a função social inerente a essa cédula rural, ou seja, a OBRIGATORIEDADE da realização do seguro PROAGRO MAIS, certamente deve o Apelado sofrer as consequências pelo insucesso da safra, conforme demonstrado na inicial.

[...]

A execução do Apelado já estaria fadada ao insucesso, pronta e tranquilamente afastada pelo art. 422 do Código Civil, que exige a observância do princípio da boa-fé objetiva nas relações contratuais, in verbis:

Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

[...]

Excelências, data máxima vênua, nada desses argumentos que, diga-se de passagem, que são extremamente importantes para o deslinde do feito com uma correta análise foram analisados, restando, portanto, omisso o acórdão.

Consigna-se que o inc. IV, do §1º, do art. 489, do CPC/2015 não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo, capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador, tal como ocorreu no caso em apreço. [...]

Essas matérias, como um todo, minam as alegações do Recorrido e corroboram com a tese do Recorrente que o seguro PROAGRO MAIS é obrigatório, portanto, a quitação do débito é de direito e justiça.

Ao ser apreciada a prova essa não foi devidamente valorada e interpretada conforme dispositivos legais, senão vejamos o artigo abaixo:

O CPC de 2015 superou o critério do livre convencimento motivado e este não está mais no texto normativo.

O artigo 371 do NCPC estabelece que "o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação do seu convencimento".

Enquanto a legislação anterior falava em "apreciar livremente a prova", a legislação atual estabelece incumbir ao juiz "apreciar a prova". O desaparecimento do termo "livremente" estabelece que a valoração da prova não pode ser feita pelo juiz de forma descricionária, como sistema anterior estabelecia.

Desta forma, ao proferir a decisão, incumbe ao juiz, apresentar uma valoração discursiva da prova, justificando seu convencimento acerca da veracidade das alegações, e indicando os motivos pelos quais acolhe ou rejeita cada elemento do conjunto probatório.

Em outros termos, cabe ao juiz, na valoração da prova, encontrar a verdade que tenha sido demonstrada no processo através dos elementos de prova a ele fornecidos. E como não pode haver duas verdades, cabe ao juiz, através da valoração da prova, encontrar esta verdade para que se produza uma decisão correta para o caso concreto.

É através da prova que se permite, no processo, seja descoberta a verdade acerca dos fatos da causa. Não se pode aceitar a ideia de que existiriam duas verdades ou que no processo civil bastaria a verdade formal.

[...]

Incumbe ao juiz, ao proferir uma decisão de mérito, indicar os fundamentos pelos quais justifica seu convencimento, formado através da análise das provas produzidas no processo, construindo em contraditório seu conhecimento a respeito dos fatos da causa. É o que se pode chamar de valoração democrática da prova. Exige-se, pois, uma fundamentação que demonstre, discursivamente, como o juiz chegou às suas conclusões acerca da apreciação da prova, a fim de se demonstrar que a decisão proferida é a decisão correta para o caso concreto em exame, sem que isso resulte de discricionariedade ou voluntarismo judicial.

[...]

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ deveria se manifestar, expressamente sobre as matérias e os dispositivos legais indicados como violados (art. 422 e a segunda parte do art. 1.425, III, ambos do Código Civil, levando-se em consideração as irregularidades praticadas pelo Apelado, descumprindo frontalmente Resoluções do Banco Central), não simplesmente afirmar que a decisão embargada não contrariou e nem negou vigência aos dispositivos.

[...]

Resta, pois, a inafastável conclusão de que realmente houve malferimento ao Código Civil, art. 422 e a segunda parte do art. 1.425, III, do CC, levando-se em consideração as irregularidades praticadas pelo Apelado, descumprindo frontalmente Resoluções do Banco Central) visto que, apesar de articuladamente se pedir análise dos fatos e a incidência da Lei Federal à espécie, havendo persistência dos vícios e tangenciando o Tribunal a quo sobre o enfrentamento da questão.

[...]

Tanto num, quanto noutro, deixou-se de ser apreciada a questão sobre a qual deveria se manifestar o Tribunal Estadual. E a solução encontrada no paradigma, justo e lógica, foi a caracterização da negativa de vigência ao art. 422 e a segunda parte do art. 1.425, III, ambos do Código Civil e a não aplicação de Resoluções do Banco Central quanto aos contratos agrícolas. (fls. 330/341).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, colaciona paradigmas a fim de demonstrar divergência jurisprudencial sobre a questão *supra*.

É o relatório. Decido.

Em relação à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que o dispositivo em questão não foi especificamente examinado pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves,

Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Em relação à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que, nos termos da jurisprudência do STJ, não é conhecido o recurso especial interposto pela alínea “c” do permissivo constitucional “quando o recorrente apresenta como paradigma acórdão prolatado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito de recurso extraordinário” (AREsp 1164184/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 30/10/2017).

No mesmo sentido: “Apenas os acórdãos do Supremo Tribunal Federal fundados na interpretação de norma infraconstitucional podem servir como padrão de divergência, de modo a ensejar o cabimento do recurso especial, nos termos do art. 105, III, 'c', da Constituição Federal, o que não é o caso dos autos” (REsp 1502678/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 18/12/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1210998/MS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 15/9/2015; AgInt no AREsp 903.411/RJ, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 6/2/2017; e AgInt no REsp 1604133/PR, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 31/8/2016.

Ademais, verifica-se que o dispositivo legal sob o qual teria havido o dissídio jurisprudencial não foi examinado pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim.

Dessa forma, reconhecida a ausência de prequestionamento da norma objeto da divergência jurisprudencial, inviável a demonstração do referido dissenso em razão da inexistência de identidade entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA “C” DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL.

1. O cabimento de recurso especial fundado na alínea “c” do

Superior Tribunal de Justiça

permissivo constitucional requer o prequestionamento do dispositivo de lei federal cuja interpretação se alega divergente por outro Tribunal.

2. Uma vez reconhecida a ausência de prequestionamento do dispositivo de lei federal apontado como ofendido pela parte recorrente, é desnecessário o exame do cabimento do recurso especial quanto à alínea "c" do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, em relação ao mesmo dispositivo.

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp n. 1274569/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente